



Índice Firjan Gestão Fiscal - Edição 2025

Panorama das contas dos municípios de Minas Gerais e principais desafios

ANÁLISE ESPECIAL | IFGF

www.firjan.com.br/ifgf

O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) apresenta uma radiografia completa da situação das contas públicas municipais. O índice é inteiramente construído com base em resultados fiscais oficiais, declarados pelas próprias prefeituras à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e é composto por quatro indicadores¹: **Autonomia**, **Gastos com Pessoal**, **Liquidez** e **Investimentos**. A leitura dos resultados é bastante simples: a pontuação varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próxima de 1 melhor a gestão fiscal do município. Com o objetivo de estabelecer valores de referência que facilitem a análise, foram convencionados quatro conceitos para o IFGF:

Gestão de Excelência: resultados superiores a 0,8 ponto.

Boa Gestão: resultados entre 0,6 e 0,8 ponto.

Gestão em Dificuldade: resultados entre 0,4 e 0,6 ponto.

Gestão Crítica: resultados inferiores a 0,4 ponto.

A Situação Fiscal dos Municípios Brasileiros

O Brasil enfrenta um ambiente econômico desafiador: juros altos, contas federais em desequilíbrio e incertezas externas. Além disso, consolida-se internamente um quadro de baixa competitividade, que trava o crescimento e afasta investimentos. Nesse cenário, municípios ganham relevância: por estarem mais próximos do cidadão, podem atacar ineficiências e transformar a gestão dos recursos públicos em melhores serviços para a população.

O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) mostra como os municípios administram seus recursos e evidencia que uma gestão eficiente é decisiva para fortalecer a competitividade do país. Esta edição do índice avaliou as contas de 5.129 cidades a partir dos dados do ano de 2024.

¹ Para mais detalhes, consulte o anexo metodológico: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>

Em média, os municípios encerraram o ano de 2024 em situação fiscal favorável: o IFGF alcançou 0,6531 ponto, o melhor resultado da série iniciada em 2013. Ainda assim, mais de 1/3 das cidades brasileiras ainda enfrenta situação fiscal difícil ou crítica, permanecendo expostas às oscilações econômicas e políticas.

Na comparação anual, a ampliação das transferências da União foi determinante para o crescimento das receitas municipais e contribuiu para a melhora fiscal das cidades. Essa maior disponibilidade de recursos sustentou a expansão dos gastos, sem comprometer a folga orçamentária. Desta forma, mesmo com baixa autonomia, sobretudo nas cidades menores, as prefeituras encerraram 2024 com melhor planejamento e menor peso das despesas de pessoal no orçamento. Além disso, os investimentos públicos atingiram patamar recorde.

Apesar dos avanços, persistem desafios para transformar esse quadro em desenvolvimento econômico. Sem critérios claros de alocação de receitas e mecanismos de avaliação dos gastos, o ganho fiscal não se converterá em competitividade tampouco em melhorias sociais.

À luz desse cenário, esta análise aborda os principais desafios para a gestão fiscal nos municípios do estado de Minas Gerais². Foram analisadas as contas de 824 dos 853 municípios mineiros³, onde vivem 20,6 milhões de pessoas - 96,8% da população estadual.

A Situação Fiscal dos Municípios Mineiros

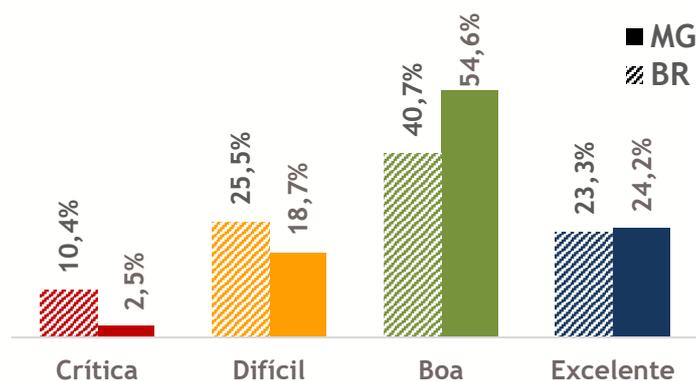
Vulnerabilidade fiscal: 150 prefeituras mineiras não produzem receita suficiente para manter o prefeito e a Câmara

Na média, os municípios mineiros terminaram o ano de 2024 com uma boa situação fiscal. O IFGF médio do estado alcançou **0,7024 ponto** – 7,5% acima da média nacional (0,6531 pontos). Mais de três quartos dos municípios do estado de Minas Gerais (78,8%) encerraram 2024 com situação fiscal boa ou excelente - dados no gráfico abaixo. Apesar desse panorama favorável, 18,7% das prefeituras terminaram o ano em situação fiscal difícil, enquanto 2,5% dos municípios apresentaram um cenário mais crítico.

² O IFGF, com dados específicos de cada município analisado no Brasil, análises e propostas, pode ser consultado através deste link: www.firjan.com.br/ifgf

³ Os dados de 29 municípios do estado não foram avaliados devido à indisponibilidade ou inconsistência nas informações declaradas.

Distribuição da gestão fiscal dos municípios mineiros em 2024



Na média, os contextos político e econômico favoreceram para que os municípios apresentassem baixa rigidez orçamentária, alto nível de investimentos e bom planejamento orçamentário. No entanto, o quadro fiscal das cidades mineiras foi marcado pelo nível crítico de autonomia.

A seguir serão apresentados os resultados dos quatro indicadores que compõem o IFGF. Além de resumir o quadro fiscal de 2024 dos municípios de Minas Gerais, os indicadores abordam os principais entraves enfrentados pelas prefeituras na gestão dos recursos públicos.

O **IFGF Autonomia** dos municípios de Minas Gerais registrou **0,3891 ponto**, o pior desempenho entre os quatro indicadores do IFGF e 11,6% abaixo do desempenho médio do país (0,4403). O indicador avalia se as receitas geradas pela atividade econômica local são suficientes para cobrir as despesas essenciais ao funcionamento da administração municipal⁴. Em 2024, 492 municípios, que respondem por 59,7% do total analisado no estado, ficaram com conceito crítico no indicador. Nesse grupo, a receita gerada por 150 prefeituras (18,2% do total do estado) não é capaz sequer de suprir suas despesas básicas e, portanto, receberam nota zero no indicador.

O IFGF Autonomia evidencia um problema que é crônico na esfera municipal: A alta dependência de municípios por transferências de recursos públicos da União para suprir necessidades mínimas locais. As consequências são: vulnerabilidade frente ao ciclo econômico, desincentivo a gestão fiscal responsável e estagnação da base econômica no município.

No extremo oposto ao indicador de Autonomia, o **IFGF Gastos com Pessoal** foi a vertente com melhor desempenho no estado. A pontuação de **0,8450 ponto** - 5,7% mais alta que a média nacional (0,7991) - reflete uma excelente flexibilidade orçamentária e baixo peso da folha de pagamentos de salários e aposentadoria de servidores. Do total de municípios analisados no estado, 380 cidades (22,7%) apresentaram nota máxima no indicador, significando que as prefeituras possuem um baixo comprometimento de seu orçamento com

⁴ São consideradas como despesas essenciais ao funcionamento da máquina pública aquelas destinadas ao funcionamento da Câmara Municipal e da estrutura administrativa da prefeitura.

despesa de pessoal. Apesar do contexto majoritariamente favorável, 43 cidades comprometeram mais de 54% da receita com gastos de pessoal e terminaram o ano com baixa flexibilidade orçamentária⁵.

No **IFGF Liquidez**, que avalia se as prefeituras apresentam recursos em caixa para cumprimento das obrigações financeiras de curto prazo, os municípios mineiros apresentaram bom desempenho: **0,7699 ponto**. Esse resultado foi 15,1% mais alto que o registrado na média dos municípios do país (0,6689). Dessa forma, na média, há um planejamento orçamentário eficiente entre os municípios do estado. Os municípios começaram o ano de 2025 com boa folga para cobrir as despesas contratadas no ano anterior. De fato, os contextos político e econômico favoreceram para um ambiente de maior liquidez, entretanto, 35 prefeituras mineiras terminaram o ano de 2024 no “cheque especial”, pois, não possuíam recursos em caixa para cobrir despesas postergadas para o ano seguinte. Dessa forma, esses municípios receberam nota zero no indicador pela ineficiência do planejamento financeiro.

Por fim, o **IFGF Investimentos**, que mede a parcela da receita destinada aos investimentos públicos, foi o indicador com a segunda maior nota. A pontuação média entre os municípios foi de **0,8057 ponto**, 14,4% acima da média dos municípios brasileiros (0,7043). Dos 824 municípios analisados, 474 (57,5%) apresentaram elevado nível de investimento público em 2024, dentre os quais 342 prefeituras ficaram com nota máxima no indicador ao destinarem mais de 12% do orçamento para esse tipo de despesa. A destinação de recursos para investimentos públicos é fundamental para a geração de bem-estar para população quanto para o desenvolvimento do ambiente de negócios local.

Destaque: Belo Horizonte - MG

Em 2024, a capital mineira apresentou excelente gestão fiscal, evidenciada pela nota **0,8052 ponto** no IFGF Geral. Belo Horizonte se destacou ao alcançar notas máximas nos indicadores de **Autonomia** e **Gasto com Pessoal**. Na vertente **Liquidez**, o município também registrou bom desempenho, com pontuação de 0,7414 ponto. Por outro lado, a gestão dos recursos públicos no município foi marcada pelo baixo nível de **Investimento** - representado pela nota 0,4792 - resultado bem inferior à média estadual (0,8057 ponto).

Na comparação com as capitais das 26 unidades federativas, Belo Horizonte ficou na 12ª posição. A capital mineira teve a 8ª pior nota no indicador de Investimentos, o que foi decisivo para posicioná-la na metade do ranking das capitais.

⁵ A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina um limite de alerta de 54% da RCL para Gastos com Pessoal.

Quando os municípios atingem esse limite a lei determina que adotem medidas de ajuste fiscal, reduzindo despesas com pessoal e contingenciando novos gastos

A análise histórica mostra que a capital mantém uma sólida trajetória de excelência na gestão fiscal, com dados históricos positivos em relação à Autonomia e aos Gastos com Pessoal. O município também mantém um bom planejamento financeiro desde 2021. No entanto, a parcela da receita destinada a investimentos públicos se mantém em patamares baixos há dez anos.

Tabela 3: Evolução da Gestão Fiscal no Município de Belo Horizonte

Ano	IFGF Geral	Autonomia	Gastos com Pessoal	Liquidez	Investimentos
2013	0,7500	1,0000	1,0000	0,0000	1,0000
2014	0,7388	1,0000	1,0000	0,0000	0,9551
2015	0,6432	1,0000	1,0000	0,0000	0,5728
2016	0,7475	1,0000	1,0000	0,6726	0,3175
2017	0,7075	1,0000	0,9728	0,5542	0,3031
2018	0,7313	1,0000	1,0000	0,6114	0,3137
2019	0,7464	1,0000	1,0000	0,5838	0,4019
2020	0,7563	1,0000	1,0000	0,5999	0,4253
2021	0,7331	1,0000	1,0000	0,6383	0,2941
2022	0,7996	1,0000	1,0000	0,7713	0,4272
2023	0,8088	1,0000	1,0000	0,7838	0,4515
2024	0,8052	1,0000	1,0000	0,7414	0,4792
Média MG 2024	0,7024	0,3891	0,8450	0,7699	0,8057
Média Capitais 2024	0,7888	0,9039	0,8102	0,7360	0,7050

EXPEDIENTE: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) - Av. Graça Aranha, 01 CEP: 20030-002 - Rio de Janeiro | Presidente: Luiz César Caetano | Diretor de Competitividade Industrial, Inovação Empresarial e Comunicação Corporativa: Maurício Fontenelle Moreira | Gerente Geral de Competitividade: Luis Augusto Azevedo | Gerente de Estudos Econômicos: Jonathas Goulart | Equipe Técnica: Nayara Freire, Antônio Carvalho e Jefferson Guilherme.

Informações: economia@firjan.com.br

Visite nossa página: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>